

**Grupo de Trabalho Temático: Organização da Produção:
organização de produtores, cooperativismo e associativismo**

Questões-chave a responder pelo GTT:

Aprofundar o conhecimento sobre a organização, associativismo e cooperativismo dos agricultores

Incentivar e promover a organização, o associativismo e cooperação dos produtores

Criação de novas formas de associação e organização dos produtores

Enquadramento legislativo, normativo e medidas de apoio à organização dos produtores

Apoio técnico, transferência e difusão do conhecimento envolvendo as organizações de produtores e as associações de desenvolvimento rural.

Sumário Executivo: Apresentação do relatório e do GTT (contexto, justificação, objetivos); necessidade(s)/problema(s) identificado(s); respetiva abordagem pelo GTT (análise, fatores críticos, casos práticos e possíveis soluções), principais linhas de ação a desenvolver pela RRN.

Os principais objetivos estratégicos para a temática **“Organização de produtores, cooperativismo e associativismo agrícolas”** são a partilha e divulgação de conhecimento e de boas práticas; reflexão conjunta sobre os principais problemas que afetam o setor e elaboração de propostas para a sua resolução.

O Grupo de Trabalho inicial (Grupo de Peritos) com base nos resultados dos Workshops regionais elaborou a matriz do Plano de Ação que identifica os principais temas prioritários e respetivas atividades a desenvolver no âmbito dos sub-grupos que venham a ser constituídos no âmbito desta temática.

Integraram o **Grupo de Peritos do GT Trabalho Organização de produtores, cooperativismo e associativismo agrícolas** as seguintes entidades e peritos:

Albano Álvares – Presidente da Cooperativa Agrícola de Botica

António Raposo – Presidente da AlenSado - Cooperativa Agrícola do Sado, crl

Armindo Jacinto – Presidente da CM Idanha-a-Nova

Armindo Tadeu Alves - ACINI – Rede informal de produtores de mirtilos

Clara Lourenço – ADCMoura / Rede EPAM

David Teixeira – Vice-Presidente CM Montalegre

João Bento - MADREFRUTA Algarve

Jorge Carreira - DRAP Centro Delegação de Viseu

José Alves - APROFIP – Opuntias Portugal; Exotic Fruits Newflavors, Crl; OPUNTIATEC

José Veiga - DRAPAL

Manuel Monteiro – CM Idanha-a-Nova/ Incubadora de Base Rural

Marta Baptista - CONFAGRI

Pedro Reis – INIAV

Apresentação de Necessidade(s)/Problema(s): formulação de necessidade(s)/problema(s) e análise das causas, específicas e gerais, que os influenciam.

Na sequência dos Workshops regionais foram identificadas as seguintes necessidades/problemas principais:

1 – Problemas de organização dos produtores decorrentes de desconfiança e desmotivação

Verificam-se dificuldades na organização dos produtores para as quais concorrem vários fatores:

- ausência ou reduzida cultura de cooperação que resulta frequentemente de falta de competências e desconfiança;
- preconceitos relativamente a algumas formas de organização provocados por algumas práticas mal sucedidas;
- a existência de modelos organizativos desadequados às novas realidades (p.e. economia da partilha, produtores-consumidores e internet das coisas), ao perfil de novos agricultores (com elevados níveis de formação académica, de experiências e apetência a redes informais de partilha e colaboração), às fileiras emergentes, à pequena agricultura, sobretudo a multifuncional, e à agricultura urbana.

2 – Necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as formas de organização dos produtores, nomeadamente os casos de insucesso e de sucesso

Como forma de melhor organizar um plano de intervenção na promoção da organização dos produtores importa, em primeiro lugar, conhecer melhor a realidade dos diversos modelos de organização, agentes económicos e territórios.

Interessa identificar razões e os fatores críticos para o êxito e fracasso das organizações existentes, assim como dos fatores restritivos e promotores do sucesso e eficácia destas organizações.

Começam a emergir novas formas de organização dos produtores assentes na informalidade e em relações confiança, orientadas para a resolução de problemas técnicos, de comercialização, de promoção dos produtos e de aumento de poder negocial.

3 – Problemas de adequação da legislação das organizações de produtores aos diversos sectores, territórios e formas de organização

É consensual a ideia de que a legislação que vigora para o reconhecimento e manutenção do reconhecimento como “OP” não responde à necessidade de grande parte das organizações existentes, principalmente para as novas fileiras, aos produtos produzidos em pequena escala, e às organizações que representam vários produtos, como por exemplo carne, mel e hortícolas.

Entre os vários fatores, destacou-se o Valor da Produção Comercializada (VPC) -, a enorme carga burocrática e os custos associados à manutenção do reconhecimento.

Neste processo participativo foram referidos casos de manutenção de situações de insustentabilidade, cujos dirigentes mantêm o processo de reconhecimento da respetiva

OP para proteger os jovens agricultores, mas que isso é um prejuízo para organização. «Uma OP dá muito trabalho a reconhecer e a manter, tem custos muito elevados e enorme carga administrativa. Levamos metade do ano em auditorias e metade em certificação». Outro problema de desenquadramento legal, é o não reconhecimento das novas **redes informais** que vão surgindo num contexto de forte conectividade digital, informalismo relacional dos indivíduos e abundância de informação.

Estes problemas agravaram-se com o facto da generalidade das medidas do PDR2020, privilegiarem os agricultores, nomeadamente os jovens, que pertencem a OPs.

Assim, surge a necessidade de encontrar novas formas de enquadramento das **redes informais**, bem como reavaliar e ajustar a legislação às diversas realidades de OPs.

Um modelo possível para o enquadramento das Redes Informais poderá ser um sistema semelhante ao existente para as Juntas de Agricultores dos Pequenos Regadios Tradicionais.

4 – Adequar os modelos de apoio técnico, aconselhamento e formação às necessidades dos produtores e dirigentes associativos, de acordo com os contextos agrícolas e territoriais

Necessidade de pensar em novas formas de coprodução, partilha e difusão de conhecimento, através de ações articuladas entre organizações de produtores, agentes de desenvolvimento rural, públicas e privadas, que possam potenciar recursos, criar sinergias, gerarem ganhos de eficácia e eficiência, e serem inclusivos.

Estudar e propor novas abordagens para a formação, adequadas às necessidades dos produtores de forma a aumentar as suas competências na promoção e gestão das suas organizações.

Análise de benchmarking: identificação e análise de experiências práticas, medidas legislativas e políticas que ilustrem soluções de sucesso que respondam às principais necessidades e problemas dos produtores agrícolas.

Será efetuada uma consulta à REDR para identificação de casos de sucesso na área de organização de produtores a nível Europeu. Este trabalho será realizado pela equipa técnica da RRN, com a colaboração dos subgrupos que se venham a criar no âmbito desta temática.

Plano de Ação Para o Trabalho da RRN: formulação de necessidade(s) e identificação de problema(s), descrição das atividades a desenvolver para lhe dar resposta, resultados/produtos esperados e fontes de financiamento (medida da RRN e outros fundos)

PLANO DE TRABALHO DO GTT ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Temas identificados como prioritários	ATIVIDADES A DESENVOLVER	Financiamento (Áreas de Intervenção da RRNe outros Fundos)
Aprofundar o conhecimento sobre a organização dos produtores e incentivar a organização dos produtores através de diversas formas associativas	Identificar e divulgar modelos de sucesso	A.I. 3
	Identificar e propor instrumentos de apoio ao associativismo e cooperativismo	S/ Financiamento
	Identificar instrumentos de apoio à criação de redes territoriais multissetoriais	
Criação de novos quadros legais de reconhecimento das Redes Informais de Produtores	Identificar e caracterizar novas formas organizativas a partir de redes informais	
	Identificar e apresentar quadro legal para o reconhecimento de novas formas de organização	
Análise crítica do sistema/legislação para reconhecimento de OP e propostas de alteração	Identificar eventuais desadequações que existem em relação à no enquadramento legislativo referente à organização dos agricultores e nos incentivos existentes nas medidas de apoio, através de estudos, workshops, reuniões	A.I. 3
	Organizar de debates por fileira e por territórios para identificar os bloqueios legislativos e elaboração de propostas de alteração	A.I. 4
Apoio técnico e transferência de conhecimento no âmbito das organizações	Promover a partilha e difusão do conhecimento entre as entidades de investigação e ensino superior, os organismos do ministério da Agricultura e as organizações de produtores	A.I. 4
	Propor metodologias e conteúdos de formação profissional para capacitar os produtores e técnicos das organizações de produção	S/financiamento
	Incrementar o nível de capacitação dos produtores e gestores das OP, com vista à promoção e gestão das OP, através da partilha e comparação de outros casos similares	FSE